

**Processo: RO - 00009.2007.009.23.00-7**

Órgão julgador: **1ª Turma** Julgado em: 09/09/08 Publicado em: **16/09/2008**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. REPARAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO E RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS DE EMPREGADOS NÃO-SINDICALIZADOS A TÍTULO DE 'CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL', COM FUNDAMENTO EM NORMA COLETIVA. DIREITOS METAINDIVIDUAIS. LEGITIMIDADE.** O Ministério Público do Trabalho, a teor do quanto disposto no art. 129, III, da CF, regulamentado no âmbito infraconstitucional pela LC 75/93 e pelas Leis 7.347/85 e 8.078/90, pode propor ação civil pública que visa a reparação da moral da coletividade e do ressarcimento de valores indevidamente descontados de empregados não-sindicalizados a título de 'contribuição assistencial', com fundamento em norma coletiva, pois essas hipóteses se caracterizam respectivamente como direito coletivo e direito individual homogêneo indisponível, o que torna inquestionável, à luz da lei e da jurisprudência, sua legitimidade processual. **PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER, CONSISTENTE NA ABSTENÇÃO DE CELEBRAR CLÁUSULA EM ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO, CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO OU EM DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLÉIA GERAL, PREVENDO COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (OU COM OUTRA DENOMINAÇÃO, MAS COM MESMA NATUREZA) DE EMPREGADOS NÃO-SINDICALIZADOS. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA.** A impossibilidade jurídica do pedido só se caracteriza quando o pedido for expressamente vedado pelo ordenamento jurídico, fato esse que não se verifica quando o *Parquet* busca impedir a perpetuação de ato ilegal praticado por sindicato contra empregados não-sindicalizados. Nesse aspecto é válido lembrar que as garantias constitucionais da liberdade de expressão e autonomia sindical não se sobrepõem nem escapam ao controle do princípio da legalidade, sendo que aqueles princípios devem ser balizados por este último. **ILEGALIDADE DA INSERÇÃO DE CLÁUSULA DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, DIRIGIDAS A EMPREGADOS NÃO-SINDICALIZADOS, EM NORMAS COLETIVAS.** A ilegalidade de estipulação de cobrança de taxa dessa natureza já foi objeto de inúmeras apreciações e reapreciações das Cortes Trabalhistas, tanto que o colendo TST pacificou a questão ao editar a Orientação Jurisprudencial nº 17 da SDC. **DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. QUANTUM DEBEATUR.** O dano moral coletivo se constitui numa lesão, de caráter imaterial, infligida à coletividade e decorrente de ato ilícito. Temos, assim, que o dano moral coletivo é aquele que decorre da violação dessa mesma coletividade. Comprovada a ilicitude do ato e o nexo de causalidade entre este o dano causado à coletividade, faz-se necessária a reparação do dano imaterial transindividual. O dano moral, devido à sua natureza imaterial, subsume-se àqueles casos em que o juiz, inspirado pela lógica do razoável, deve prudentemente arbitrar o valor necessário à compensação do ofendido pela conduta ilícita (CC, art. 950, parágrafo único e art. 953, parágrafo único). Entretanto, alguns critérios objetivos devem nortear essa fixação por arbitramento, tais como: a estipulação de um valor

compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração da lesão perpetrada contra a vítima, a capacidade sócio-econômica e financeira das partes e outras circunstâncias específicas de cada caso concreto. Nesse contexto, **o ponto ótimo a ser alcançado é aquele em que o valor arbitrado sirva como punição da conduta ilícita e cumpra o caráter pedagógico de desestimular a reincidência dessa conduta**, sendo que do outro lado da balança deve-se buscar apenas a reparação à ofensa, pois o que passar disso caracterizar-se-á como fonte de enriquecimento sem causa.